



Turismo e Trabalho no Território de Comunidades Ribeirinhas da Amazônia

Luciana de Souza Vitória¹

Ricardo Rayan Nascimento Rocha²

Resumo

O efeito revérbero do modo de produção capitalista no devir histórico tem se mostrado perverso, desde o seu surgimento no contexto europeu do século XIX, até o presente momento em que o uso algorítmico dos territórios simboliza a consecução do poder modernizante hegemônico em tempos de uberização. Este estudo, de caráter ensaístico tem o objetivo de apresentar uma reflexão acerca dos tópicos turismo, trabalho e território. Tendo como interface a práxis do turismo sob a perspectiva do conceito de território usado, praticado. Fez-se uso de revisão bibliográfica como recurso metodológico abordando leituras como (SANTOS, 2001; 2005; 2006); (RIBEIRO, 2003); (SANTOS; SILVEIRA, 2008) que formam a base do diálogo teórico. Elegeu-se os conceitos de território usado/praticado e território como abrigo/recurso para tecer uma discussão sobre o uso do território, tendo como objeto de reflexão a prática do turismo em território amazônico (comunidades ribeirinhas). É notória, cada vez mais, a precarização do trabalho e a subalternização dos saberes endógenos. Como resultado dessa precarização tem-se intensificado a redução de postos de trabalho e o aumento de vínculos temporários. Antunes (2004) caracteriza a classe trabalhadora de hoje como a classe-que-vive-do-trabalho e que sustenta o mundo produtivo contemporâneo. É em relação ao trabalho cotidiano no (e do) território amazônico que parte o interesse em compreender a articulação de elementos territoriais observados nas complexidades amazônicas. Por isso optou-se por uma aproximação com o pensamento geográfico de Milton Santos. Especialmente os estudos que versam sobre o território para além do parâmetro racional eurocentrista, pois as epistemologias do sul favorecem pensar o mundo desde os conhecimentos do sul global, descortinando saberes e histórias que foram soterrados pelo poder colonial eurocêntrico e opressor. Essa interpretação social e crítica do processo de desenvolvimento, em sociedades de países periféricos, que faz uso da categoria território é um fenômeno recente datado deste início de século (CATAIA, 2013). A partir do pensamento de Milton Santos, o território em si não se constitui em categoria de análise, pois pode ser interpretado como espaço de execução do poder estatal e de agentes hegemônicos econômicos. A categoria de análise é o território usado, pois o espaço praticado mostra-se inclusivo e confunde-se com o espaço banal, que é o espaço de todos: pessoas, instituições e empresas dadas em coexistências caracterizadas pela contiguidade e pela solidariedade orgânica (SANTOS, 2006). Nesta perspectiva, território e sociedade são indissociáveis, ou seja, procura-se afirmar que materialidades (território) e ações (política) não estão dissociadas. A ação é sempre interação, o território usado/praticado surge prenhe das experiências indivíduos que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos (RIBEIRO, 2005). Essa subsistência está acoplada ao trabalho como atividade vital inerente à ação transformadora humana, a relação do homem com a natureza, em que a produção do trabalho se dá de forma teleológica, conforme suas necessidades. Há que se fazer um esforço para conceber o território como materialidade, como território historicizado, de forma que ultrapasse a ideia hegemônica de delimitação político-administrativa regida por normatividades e regulações institucionais. Igualmente, esforço para desviar o entendimento de território como tão somente espaço de produção e consumo de mercadorias, sem levar em consideração a sua potência plural e seus significados. Na perspectiva marxista, o trabalho é uma atividade vital compreendido como um processo de interação homem-

¹ Mestra em Turismo e Hospitalidade PPGTUR/UCS/RS. Docente do Instituto Federal de Roraima – IFRR. <http://lattes.cnpq.br/7942957393557504>. luciana.vitorio@ifrr.edu.br.

² Mestre em Geografia PPGE/UFRN/RN. Doutorando PPGRTUR/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/4058452686100591>. ricardo.rocha.037@ufrn.edu.br.



natureza, em que o homem por ação própria controla o seu metabolismo com a natureza (MARX, 1998). O trabalho, na perspectiva capitalista, nega as potencialidades libertadoras, baseando-se nos processos de exploração e daí, do mesmo modo, no processo de alienação. Para Marx (1998), a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho, em que o valor de uma mercadoria se configura no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dela. Na Amazônia ribeirinha, essa produção é dada no (uso) de um território que também é abrigo para suas populações. A prática do turismo de pesca esportiva, por exemplo, se vale de recursos naturais disponíveis no território usado/praticado por comunidades ribeirinhas, de seu conhecimento tradicional e de sua força de trabalho, além de instrumentos legais do estado. Tratando sobre o caráter informal/temporário dos postos de trabalho na atividade turística, Martoni (2019) aponta que a informalidade acentua a possibilidade de extensão e intensificação dos períodos laborais, favorecendo assim, a geração de mais valor, tanto na forma absoluta quanto na relativa. Assim o território é apropriado como recurso pelo capital empresarial turístico tornando-o território como norma, a ser usado efetivamente também pelas empresas de turismo a partir de instrumentos legais, isto é, como engrenagem para que o sistema econômico vigente mantenha sua hegemonia. Para que este território seja usado por empresas a ele são agregados elementos de fluidez, nele são instaladas infraestruturas em que ao mesmo tempo que obedecem ao interesse capitalista da prática turística, segregam o espaço usado pelos homens lentos (SANTOS, 1994). Partindo desse par dialético fluidez/viscosidade, é interessante observar que o território como abrigo é resistente (viscoso) e guarda relação com a face vivida do território, a cultura. Há distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural. Este deve ser visto na perspectiva não apenas de um “domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária” (HAESBAERT, 1997, p. 41). Entretanto, a partir dessas leituras é possível enxergar a práxis do turismo atrelada ao modo de produção do ‘desenvolvimento’ capitalista. Compreendendo que o caráter modernizante da prática é responsável por desigualdades sociais abissais no território, contradizendo o discurso predominante de geração de renda e inclusão social, por vezes, apreço nos estudos da área do Turismo.

Palavras-chave: Turismo; Trabalho; Território Praticado; Comunidades; Amazônia.

Referências

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CATAIA, M. **Território usado e federação:** articulações possíveis. Educação e Sociedade, 34 (125) dez 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000400007>. Acesso em: 30 jul 2022.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade.** Niterói: EDUFF, 1997.

MARTONI, R. M. Produtividade para a hospitalidade: as ocupações em atividades características do turismo como laboratório da precariedade. **In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV:** trabalho digital, autogestão e expropriação da vida : o mosaico da exploração / organização Ricardo Antunes. - ed. São Paulo : Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. [trad.] R. Barbosa e F. R. Kothe. São Paulo : Editora Nova cultural, 1998.



RIBEIRO, A. C. T. **Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço:** território usado, território praticado. In: SOUZA, M. A. Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, A.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS. **Território usado e humanismo concreto:** o mercado socialmente necessário. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 2005.